

CARTA DE REPÚDIO AO MASSACRE DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NA FAZENDA SANTA LÚCIA – PAU D’ARCO – SUDESTE DO PARÁ

O Colegiado da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, reunido na data de hoje, 08 de junho de 2017, vem a público expressar o seu mais veemente repúdio ao massacre (corpos torturados, seguida de execução sumária por arma de fogo) ocorrido no último dia vinte e quatro de maio, que ceifou a vida de nove homens e uma mulher, em situação de acampamento rural e processo de reintegração de posse, às proximidades da fazenda Santa Lúcia, por um contingente de vinte e nove policiais, servidores da Polícia Civil e Militar do Estado do Pará, que lá estiveram em circunstâncias que estão sendo apuradas.

O caso é assustador e revoltante, não só pelo massacre em si, mas pela versão oficial, inverossímil, apresentada à opinião pública e logo derrubada pelo contraditório dos primeiros sobreviventes ouvidos, e pela vistoria no local por parte de órgãos ligados à defesa dos Direitos Humanos e Direito à Vida, que desmascara a versão oficial de que ali teria acontecido um “confronto” entre homens armados e a polícia numa operação de cumprimento de “mandado de busca e apreensão e prisão preventiva” de suspeitos de praticar homicídios. O paradoxo que se apresenta de imediato na versão oficial é: como é que se executa um *mandado de prisão* em local incerto e não sabido, na mata? Por que houve a descaracterização da cena do crime? Por que não se convocou o IML para a remoção dos corpos? Eis perguntas elementares, sem respostas, passados quinze dias do sinistro.

É fato que versões enganosas e manipuladoras acerca das circunstâncias em que ocorrem operações que atentam brutalmente contra o direito à vida humana, como as chacinas e massacres no campo e na cidade, têm sido a tônica dos órgãos de segurança, órgãos de classe policial e parlamentares de farda deste país. Os arquivos de entidades de defesa dos cidadãos e trabalhadores estão cheias de “notas de repúdio” com relatos de sobreviventes e testemunhas raramente desmentidos, quando concluídos os inquéritos de apuração rigorosa dos fatos, quando se concluem! E reside justamente aí, na falta de apuração rigorosa e a punição exemplar dos responsáveis nos termos da Lei de Execução Penal, que resulta na impunidade dos culpados, uma das razões da banalização do crime contra populações socialmente vulneráveis e do recrudescimento dos conflitos rurais e urbanos nos últimos anos.

O agravante é que a questão agrária/fundiária é um dos mais complexos problemas a resolver no país e na fronteira amazônica em particular, onde posseiros, nativos ou migrantes, são historicamente açoitados pelo poder do latifúndio, antes na forma de capital rentista – que extrai seu lucro da renda da terra – e hoje pelo capitalista associado ao latifúndio e à frente de grandes empreendimentos do agronegócio de monoculturas da soja, da pecuária extensiva de corte, do plantio de eucalipto... Lucro e renda da terra são o leitmotiv das pressões/tensões contra posseiros que resistem bravamente à exploração do capital no seu processo de reprodução ampliada no campo. Como nos ensina o grande sociólogo José de Souza Martins, profundo conhecedor da região, nessas condições em que a renda da terra é subjugada pelo capital, condições que “divergem neste momento das condições clássicas de confronto entre terra e capital, as tensões produzidas pela estrutura fundiária, pela chamada “injusta distribuição de terra”, já não podem ser resolvidas por uma reforma dessa estrutura, uma vez que não há como reformar a exploração capitalista que já está completamente embutida na propriedade fundiária“. O que significa dizer que a resolução dos graves conflitos fundiários na fronteira amazônica passa necessariamente pela “reforma das contradições do capital e das contradições que expressa: a produção social e a propriedade privada da riqueza”.

Como nos ensina a sociologia dos conflitos fundiários, “já não há mais como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência”. Essa é a explicação sociológica para o potencial explosivo da luta dos posseiros na Amazônia, hoje, uma luta que requer uma grande solidariedade por parte daqueles que têm capacidade de pensar, compreender e explicar, para a sociedade e para a opinião pública, onde reside o “nó” dos conflitos agrários/fundiários no nosso país. E que, na relação de forças entre capital e posseiros, o Estado é um agente que tem agido de forma conestada com o primeiro, em detrimento de leis e do direito à terra para quem nela trabalha e que dela tira o seu sustento e de sua família. O mais grave e assustador é que o Estado, no Brasil e no Pará, tem escapado dos marcos legais do Estado de Direito para afirmar-se como um Estado de Exceção, impondo-se pela força e pela execução, não mais das leis mas dos homens. Um Estado brutalizado e que brutaliza o seu povo. Neste sentido, denunciamos e repudiamos este monstro que está a se desenvolver entre nós sob as vestes de um cordeiro...

E neste momento de profunda dor no campo, de mais um momento de dor e revolta, que nos lembra massacres de coletivos de posseiros como o de Eldorado dos Carajás, Colniza/MT e assassinatos de lideranças como o da missionária Dorothy Stang e mais recentemente de um militante do MST na fazenda Serra Norte em Eldorado..., nós nos solidarizamos com as famílias das vítimas e dos sobreviventes e de todos aqueles que têm sido brutalmente sacrificados para servir ao apetite do grande capital na fronteira amazônica.

-Exigimos apuração rigorosa dos fatos, julgamento e condenação dos culpados e reparação dos danos morais e materiais às famílias das vítimas;

-Exigimos respeito à democracia golpeada pela criminalização dos movimentos no campo e na cidade;

-Responsabilização do governo do Estado do Pará pelo massacre;

-O Pará é hoje um estado onde não se executam as leis mas sim as pessoas. Repudiamos este estado de coisas e reivindicamos a execução da sentença de cassação do mandato do governador Simão Jatene, um governo que se converteu em algo ilegítimo, que perdeu completamente sua autoridade no momento em que foi condenado por crime eleitoral, o que concorre para o recrudescimento da violência no âmbito do Estado e entre subordinados que o têm como comandante-em-chefe da força policial.

-Lutar pelo direito à terra de trabalho não é crime, é digno e é sábio, porque é lutar contra a exploração e a espoliação humana.

Presentes: Jane Julia de Oliveira, Weldson Pereira Silva, Nelson Souza Milhomem, Weclbson Pereira Milhomem, Antonio Pereira Milhomem, Ozeir Rodrigues da Silva, Regivaldo Pereira da Silva, Ronaldo Pereira de Souza, Bruno Henrique Pereira Gomes, Hercules Santos de Oliveira.

Belém, 08 de junho de 2017.